



Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

PARECER 039/2005

82

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

relativo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2005, que rejeita as contas da Prefeitura Municipal de Marechal Floriano, relativo ao exercício de 2002, de responsabilidade do então Prefeito Municipal.

traz em Pauta nesta oportunidade o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2005, subscrito pela Comissão de Finanças e Orçamento.

do Relator:

contra a aprovação das Contas relativas ao exercício de 2002, de responsabilidade do então Prefeito Municipal João Carlos Lorenzoni.

de 01 de setembro de 2005.

**ANÁLISE DAS CONTAS ANUAL DO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO – ES
RESPONSÁVEL: JOÃO CARLOS LORENZONI
EXERCÍCIO DE 2002.**

Seu Presidente,

Seus Vereadores

Examinados os presentes autos sobre Prestação de Contas anual do Município de Marechal Floriano, **REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002**, sob a responsabilidade do então prefeito o Sr. JOÃO CARLOS LORENZONI.

A Sexta Controladoria Técnica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo ao analisar as referidas contas emitiu a Instrução Técnica Conclusiva nº 029/2004, em relação

Clara Endlich, nº 97 – Tel. 27-3288 1925 - Cep. 29.255.000 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo



Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Processo de Prestação de Contas (TC 1578/03) e () Relatório de Análise de Prestação de contas n° 137/02, considerando que os demonstrativos contábeis evidenciam de forma correta a execução orçamentária, financeira e patrimonial do referido exercício.

Relatório expedido pelo Tribunal de Contas nos autos do mesmo processo consta de uma clara que a matéria não foi totalmente analisada pela Contraladoria Técnica, mesmo estando em tramitação naquele órgão o Processo TC 2887/2003 (Relatório de Aditoria), sendo em vista a **PROXIMIDADE DO DIA FINAL PARA JULGAMENTO AQUELAS CONTAS.**

Neste caso somente foram levadas em consideração a regularidade dos demonstrativos contábeis apontados nos autos do Processo TC n° 1578/03.

Examinados os autos à Procuradoria de Justiça de Contas, esta, através de seu parecer n° 44/04, da lavra Promotora de Justiça Dr^a. Maria Beatriz Renoldi Murrad, discorda do procedimento adotado pela Sexta Controladoria Técnica, entendendo que deveria ser emitido parecer Prévio, **RECOMENDANDO AO LEGISLATIVO MUNICIPAL E REJEIÇÃO DAS REFERIDAS CONTAS**, uma vez que, a Instrução Técnica Conclusiva n° 23/04, constante dos autos do Processo de Relatoria TC 2887/03, evidencia **IRREGULARIDADE DOS ATOS DE GESTÃO DO RESPONSÁVEL**, (consubstanciados na **AUSÊNCIA DE CITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E NA INADEQUAÇÃO DOS PASSES DE DUODÉCIMOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL.**

Em seguida, o então Prefeito recolheu apenas a multa administrativa em favor dos cofres do Estado, o que motivou a emissão de novo parecer recomendando a aprovação das referidas contas.



Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

O pagamento da multa administrativa em favor do Estado não exime o administrador da responsabilidade pelos atos de improbidade administrativa que não se limitam aos que foram registrados nos autos do Processo de Relatoria TC 2887/03.

Além daquelas irregularidades, observa-se que os demonstrativos contábeis analisados pela Controladoria Técnica não foi confrontado com nenhum aspecto físico para aferir a veracidade de cumprimentos de contratos de prestação de serviços e fornecimento de materiais.

Entre as demais irregularidades de responsabilidade do então Prefeito Municipal que precisam ser urgentemente apuradas estão:

a construção de uma creche sobre um imóvel particular, pertencente ao Sr. **JOELSON FERREIRA GOMES**, residente na rua **SEBASTIÃO FRANCISCO PENHA**, na sede desta cidade, cujo cidadão recebeu uma área de 300 m² (trezentos metros quadrados) dentro do imóvel pertencente ao patrimônio público, onde estão hoje construída uma edificação destinada ao funcionamento de uma padaria.

a realização de leilão no exercício de 2002, para alienação de bens públicos antes da vigência da Lei autorizativa;

a alienação de veículo sem autorização Legislativa, ou seja, incluiu na relação dos veículos alienados uma máquina patrol e motor que não haviam sido autorizados pela Câmara Municipal;

a obra pública no Distrito de Araguaia, no Bairro Alagoinha, contratadas à empresa particular, **NOTREA CONSTRUÇÕES LTDA**, entretanto, realizada por servidores municipais com máquinas locadas pelo Município;



Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

licitação fraudulenta, com a contratação da empresa **NOTREA CONSTRUÇÕES** LTDA, com indicação de suposta entrega de da Carta Convite em endereço residencial, divergente do que consta nos documentos da empresa, o qual também é inexistente;

O foi realizada a construção de uma Creche, localizada na Rua Gustavo Hertel, pela Empresa **NOTREA CONSTRUÇÕES LTDA** (sem endereço próprio), sendo o proprietário da firma, funcionário do Banco **BANESTES** de Guarapari - ES, conhecido como **AERTON VIEIRA DOS SANTOS**.

Sr. Presidente

Examinando devidamente a documentação que envolve as despesas do município, esta Comissão de Finanças detectou algumas irregularidades, as quais chamam a atenção, em especial, a Obra objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 017/2002.

Tal contrato diz respeito à execução de serviços de construção de um muro de arrimo, para contenção de barranco, na rua Gustavo Hertel, centro desta cidade.

De imediato, a Comissão deslocou-se até o local e verificou que não se trata de uma contenção de barranco, e sim de um benefício particular, na pessoa do próprio contratante.

O preço global da obra foi de, R\$ 10.490,00, (Dez mil quatrocentos e noventa reais), pago diretamente à pessoa do próprio beneficiado.

Evidentemente, Sr. Presidente, esta Comissão não pode, sob qualquer pretexto, aprovar despesas dessa ordem, em que se exclui o verdadeiro necessitado para favorecer à amigos, o que não é considerável em uma Administração Pública e Séria.

Estas são apenas algumas das irregularidades que merecem uma avaliação rigorosa por parte deste Legislativo, uma vez que trazem prejuízos de grande monta para o povo deste município.

elo exposto, não obstante o entendimento do Tribunal de Contas deste Estado, demonstrado que o mesmo não reflete a realidade dos fatos ocorridos no âmbito da administração municipal, recomendamos a **REJEIÇÃO** das contas referente ao exercício de 2002, de

Clara Endlich, nº 97 - Tel. 27-3288 1925 - Cep. 29.255.000 - Centro - Marechal Floriano - Espírito Santo



Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

responsabilidade do então Prefeito Municipal, o Sr. JOÃO CARLOS LOREZONI, com o encaminhamento de relatório ao Representante do Ministério Público em exercício nesta Câmara e Tribunal de Contas, para as providências legais.

é o PARECER da Comissão de Finanças e Orçamento.

Marechal Floriano (ES), 01 de setembro de 2005.

Aloysio Modolo de Almeida

Presidente

João Cabral Rodrigues Conciglieri

Relator

Marcio Antonio Borgo

Secretário – Contrário as conclusões do Relator desta Comissão

RECEBI
Em 06/09/05

Adriano Freire